



Associação de Apoio Social de Perafita

REGULAMENTO INTERNO- Centro de Dia

CAPITULO I

(VALÊNCIAS)

1.º

(Valências Desenvolvidas pela Associação)

A Associação de Apoio Social de Perafita desenvolve actualmente a sua actividade nas valências Apoio Domiciliário, Centro de Dia e Lar de Dependentes.

2.º

(Centro de Dia)

O Centro de Dia destina-se a pessoas de ambos os sexos com mais de 60 anos de idade, na situação de reforma, pré-reforma ou pensionistas. Poderão ser admitidos utentes abaixo deste limite etário, sempre que a sua situação clínica, económica ou social assim o justifique.

3.º

(Horário de funcionamento do Centro de Dia)

O horário de funcionamento do Centro de Dia é o seguinte:

De segunda-feira a sexta-feira das 9:00 horas às 17.00 horas

CAPITULO II

(UTENTES)

SECÇÃO I

(CONDIÇÕES DE ADMISSÃO)

4.º

(Condições de Admissão específicas do Centro de Dia)

1.º - São condições específicas de admissão na valência de Centro de Dia:

- a) O candidato ter mais de 60 anos de idade;
- b) O candidato encontrar-se em situação de reforma, pré-reforma ou pensionista.

2.º - O candidato fica obrigado a fornecer dados relativos ao historial clínico, no caso de ser portador de doença infecto-contagiosa.



Associação de Apoio Social de Perafita

3.º - Atendendo à situação concreta do candidato, a Direcção pode dispensar uma ou mais das condições enumeradas nos números anteriores.

SECÇÃO II

(INSCRIÇÃO DE UTENTES)

5.º

(Inscrição de Utentes de Centro de Dia)

1.º - A inscrição de utentes realiza-se durante todo o ano civil.

6.º

(Documentos a Apresentar)

1.º - No acto de inscrição, todos os candidatos apresentarão obrigatoriamente os seguintes documentos:

- a) Bilhete de Identidade ou Cartão de Cidadão e Cartão de Contribuinte do utente e/ou do seu representante legal;
- b) Cartão de Beneficiário da Segurança Social;
- c) Cartão de utente do Serviço Nacional de Saúde ou de outro subsistema a que o utente pertença;
- d) Documentos comprovativos dos rendimentos do agregado familiar;
- e) Documentos comprovativos da renda de casa ou da prestação mensal devida para aquisição de habitação própria;
- f) Documentos comprovativos dos restantes encargos médios mensais, nomeadamente com medicamentos para doença crónica;
- g) Despesa com transportes públicos do agregado familiar (até ao valor máximo da tarifa de transportes da zona de residência)
- h) Relatório médico actual que mencione os principais problemas de saúde;

7º

(Critérios de Prioridade de Admissão)

Têm prioridade de admissão os candidatos que se encontrem nas condições e pela seguinte ordem:

- a) Idade do candidato
- b) Grau de dependência
- c) Fracos recursos económicos
- d) Ausência/indisponibilidade em assegurar cuidados básicos
- e) Residência próxima da associação



Associação de Apoio Social de Perafita

- f) Situação encaminhada pelos serviços da Segurança Social
- g) Risco de isolamento social/familiar
- h) Elementos de referência da associação

8.º

(Renovação das Inscrições)

Na valência de Centro de Dia não há renovação da inscrição.

SECÇÃO III

(ADMISSÃO DE UTENTES)

9.º

(Procedimentos de Admissão de Utentes)

- 1.º - Só podem ser admitidos os candidatos que se encontrem inscritos e que preenchem as condições previstas na Secção I deste capítulo.
- 2.º - Se o número de candidatos for superior ao número de vagas, aqueles serão ordenados pelos critérios previstos na Secção II deste Capítulo.
- 3.º - Antes da admissão será elaborado um processo individual por cada utente de onde constarão todos os documentos e informações a que alude o artigo 6.º e o 23.º.

10.º

(Decisão)

A deliberação de admissão de utentes para qualquer valência compete à Direcção, após obter as informações técnicas que entender convenientes.

SECÇÃO IV

(DIREITOS E DEVERES)

11.º

(Direitos dos utentes)

Os utentes têm os seguintes direitos:

- a) A utilização dos serviços e equipamentos disponíveis pela Associação de Apoio Social de Perafita, nos termos do acordo estabelecido com esta;
- b) À igualdade de tratamento independentemente da raça, religião, nacionalidade, idade, sexo ou condição social;



Associação de Apoio Social de Perafita

- c) Serem tratados em boas condições de higiene, segurança e alimentação, dentro das possibilidades da Associação;
- d) Participar, sempre que possível, nas actividades sócio-culturais e recreativas promovidas pela Associação.

12.º

(Deveres dos Utentes)

Os utentes têm os seguintes deveres:

- a) Prestarem todas as informações com verdade e lealdade à Associação, nomeadamente as respeitantes aos seus rendimentos para efeitos de apuramento da comparticipação familiar;
- b) O pagamento pontual da comparticipação a que está obrigado;
- c) Tratar com urbanidade e respeitar todos os funcionários, dirigentes da Associação de Apoio Social de Perafita assim como os restantes utentes.

13.ª

(Direitos da Associação de Apoio Social de Perafita)

São direitos da Associação de Apoio Social de Perafita:

- a) Realizar a admissão dos utentes de acordo com os critérios definidos nos respectivos estatutos e regulamentos;
- b) Aplicar as normas de comparticipação familiar, segundo os critérios da Associação, desde que adequados aos indicativos técnicos aplicados para cada modalidade consensualizados entre os serviços do Ministério do Emprego e da Solidariedade Social e a União das Instituições Particulares de Solidariedade Social;
- c) Realizar a actualização necessária da comparticipação familiar, em função de alterações do rendimento *per capita* do agregado familiar, em conformidade com o estabelecido na alínea anterior;
- d) Ser tratado com urbanidade pelos seus utentes e familiares destes;
- e) Perturbar o normal funcionamento do Centro de dia e desrespeitar os restantes utentes.

14.ª

(Deveres da Associação de Apoio Social de Perafita)

São deveres da Associação de Apoio Social de Perafita:



Associação de Apoio Social de Perafita

- a) Garantir o bom funcionamento dos serviços prestados pela Associação de Apoio Social de Perafita, de acordo com os requisitos técnicos adequados e em conformidade com os estatutos da Associação;
- b) Assegurar as condições de bem-estar dos utentes e o respeito pela sua dignidade humana;
- c) Respeitar e fazer cumprir as cláusulas estipuladas no acordo com a Segurança Social e demais obrigações estabelecidas nos Estatutos da Associação de Apoio Social de Perafita e na legislação aplicável às Instituições Particulares de Solidariedade Social.

SECÇÃO V

(EXCLUSÃO DE UTENTES)

15.º

(Causas de Exclusão de Utentes)

1.º - A exclusão é sanção máxima aplicada a um utente cujo comportamento, pela sua gravidade, torne imediata e irremediavelmente impossível a manutenção da sua utilização dos serviços que lhe são prestados pela Associação.

2.º - São causas de exclusão, nomeadamente:

- a) Desrespeitar os funcionários e dirigentes da Associação de Apoio Social de Perafita, assim como actuar de má fé por relação a estes ou ao funcionamento da Associação;
- b) Faltar com o pagamento da comparticipação a que está obrigado, sem motivo considerado compreensível, tendo em conta o contexto sócio-familiar e económico do agregado familiar;
- c) Forjar informações respeitantes aos rendimentos do agregado familiar para efeitos de cálculo da comparticipação familiar;
- d) Ocultar informações médicas previstas na secção I deste Capítulo do presente Regulamento.

16.º

(Procedimento)

1.º - A exclusão será sempre precedida de um processo disciplinar escrito que permita ao utente apresentar a sua defesa.

2.º - Compete à Direcção da Associação ordenar a realização do processo disciplinar.



Associação de Apoio Social de Perafita

17.º

(Decisão)

A deliberação de exclusão de um utente é da competência exclusiva da Direcção, concluído o aludido processo disciplinar.

CAPITULO III

(COMPARTICIPAÇÕES DOS UTENTES)

18.º

(Definição)

Comparticipação Familiar é a quantia paga mensalmente pelo utente ou pela família, devida pela utilização dos serviços ou equipamentos da Associação.

19.º

(Prazo e Local de Pagamento)

A comparticipação familiar deve ser paga, através de numerário, cheque ou transferência bancária, até ao dia 8 do mês seguinte ao que se refere o pagamento, na secretaria da Associação.

20.º

(Cálculo da Comparticipação Familiar)

A comparticipação familiar é determinada de forma proporcional ao rendimento “per capita” do utente ou do agregado familiar, de acordo com a fórmula constante no Despacho do Ministro do Emprego e Segurança Social de 03-08-93, conjugado com as alterações da Circular nº 4 de 16 de Dezembro de 2014.

21.º

(Conceito de Agregado Familiar)

Para efeitos do disposto nesta Secção, agregado familiar é o conjunto de pessoas ligadas entre si por vínculo de parentesco, casamento, ou outras situações assimiláveis, desde que vivam em economia comum.

22.º

(Conceito de Rendimento Anual Ilíquido)

Para efeitos do disposto nesta Secção, entende-se por rendimento anual ilíquido do agregado familiar o que resulta da soma dos rendimentos auferidos anualmente, a qualquer título, por cada um dos seus elementos.



Associação de Apoio Social de Perafita

23.º

(Conceito de Despesas Fixas Anuais)

- Para efeitos do disposto nesta Secção, entende-se por despesas fixas do agregado familiar:
 - a) O valor das taxas e impostos necessários à formação do rendimento líquido;
 - b) Renda de casa ou da prestação mensal devida pela aquisição de habitação própria e permanente;
 - c) Despesas com transportes, até ao valor máximo da tarifa de transporte da zona de residência;
 - d) As despesas com a aquisição de medicamentos de uso continuado em caso de doença crónica;

24.º

(Prova dos Rendimentos e Despesas)

- 1.º - A prova dos rendimentos declarados será feita mediante a apresentação de documentos comprovativos, nomeadamente de natureza fiscal.
- 2.º - A prova das despesas referidas nas alíneas b) a e) do nº 1 do artigo anterior é feita mediante a apresentação de documentos comprovativos dos últimos três meses.
- 3.º - Por decisão da Direcção, a Associação efectuará as diligências complementares que entender necessárias para apurar a veracidade das declarações apresentadas.
- 4.º - Na falta de comprovativos de despesas e de rendimentos, a instituição atribuirá a mensalidade máxima, correspondente ao custo real do utente.

25.º

(Comparticipação Familiar Máxima)

- 1.º - A participação familiar máxima não pode exceder o custo médio real dos serviços prestados pela Instituição ou dos equipamentos utilizados pelo utente.
- 2.º - O custo médio real do utente é calculado em função do valor das despesas efectivamente verificadas no ano anterior com o funcionamento do serviço ou equipamento, actualizado de acordo com o índice de inflação e ainda em função do número de utentes que frequentaram o serviço ou equipamento no mesmo ano.



Associação de Apoio Social de Perafita

3.º - Nas despesas referidas no número anterior incluem-se quer as despesas específicas do serviço ou equipamento, quer a participação que lhe seja imputável nas despesas comuns a outros serviços da instituição.

4.º - Tratando-se de serviços ou equipamentos novos, os factores a considerar para a determinação do custo médio real do utente, serão as despesas orçamentadas e o número de utentes previsto para o ano correspondente.

26.º

(Actualização Anual das Comparticipações Familiares)

As comparticipações familiares serão objeto de atualização anual, no início de cada ano civil.

Os utentes serão informados até ao dia 31 do mês de Dezembro das actualizações anuais das comparticipações familiares, conforme deliberação da Direcção.

CAPITULO IV

Funcionários

27.º

Pessoal da Instituição

1. O quadro de pessoal desta Instituição prestadora de serviços encontra-se afixado em local bem visível, contendo a indicação do número de recursos humanos (direcção técnica, equipa técnica, pessoal auxiliar e voluntários), formação e conteúdo funcional, definido de acordo com a legislação/normativos em vigor.

2. Pessoal afecto à valência de Centro de dia:

- a) Director(a) Técnico(a), com afectação simultânea a outras valências;
- b) Assistente Social;
- c) Recepcionista e telefonista;
- d) Pessoal administrativo, com afectação simultânea a outras valências;
- e) Ajudantes de Acção Directa;
- f) Cozinheiras;
- g) Ajudantes de cozinha;
- h) Restante pessoal entendido pela Direcção da Instituição como necessário para o bom funcionamento da valência Centro de Dia.



Associação de Apoio Social de Perafita

Artigo 28º

Direcção Técnica

1. A Direcção Técnica desta Instituição compete a um técnico, cujo nome, formação e conteúdo funcional se encontra afixado em lugar visível.
2. O(a) Director(a) Técnico(a) deve ter formação na área das Ciências Sociais e Humanas.
3. Ao Director(a) Técnico(a) cabe a responsabilidade de orientar a valência, sendo responsável perante a Direcção da Instituição pelo funcionamento geral da mesma.
4. O(a) Director(a) Técnico(a) e restantes Técnicos devem ser substituídos, nas suas ausências e impedimentos por outro funcionário escolhido pela Direcção da Instituição.

Artigo 29º

Funções do(a) Director(a) Técnico(a)

1. No âmbito da gestão:
 - a) Dirigir o funcionamento da valência coordenando o pessoal e supervisionando a interacção com o restante pessoal afecto também a outras valências;
 - b) Elaborar os horários de trabalho do pessoal;
 - c) Elaborar as ementas e zelar para que a alimentação seja confeccionada e servida nas melhores condições;
 - d) Solicitar aos serviços competentes, nomeadamente à Segurança Social, seu interveniente privilegiado, informação/esclarecimentos de natureza técnica, inerentes ao funcionamento, tendo em vista a sua melhoria;
 - e) A elaboração, execução e avaliação dos planos de prestação de cuidados;
 - f) Promover reuniões de trabalho com os utentes e com o pessoal dispensando especial atenção à questão do relacionamento interpessoal;
 - g) Auscultar o pessoal no que respeita à sua formação e propor e/ou promover acções de formação de acordo com as necessidades e interesses manifestados;
 - h) Participação nas reuniões da Direcção da Instituição quando para isso for solicitada;
 - i) Propor a admissão de pessoal sempre que o bom funcionamento do serviço o exija;



Associação de Apoio Social de Perafita

- j) Sugerir à Direcção a aquisição de equipamentos necessários ao bom funcionamento da valência;
- k) Colaborar na definição de critérios justos e objectivos para a avaliação periódica da prestação de serviços do pessoal;
- l) Fornecer aos serviços administrativos, antes do dia da admissão, todos os elementos necessários para o cálculo da comparticipação familiar;
- m) Garantir o estudo da situação do utente e alteração/ajuste do respectivo plano de cuidados;
- n) Zelar pela aplicação efectiva do Regulamento Interno e propor à Direcção as alterações que julgue necessárias.

2. No âmbito da animação/ ocupação:

- a) Elaborar o plano anual de actividades com a participação de outros técnicos e dos próprios utentes;
- b) Incentivar a realização de actividades abertas à comunidade, fomentando o intercâmbio com outras instituições, sobretudo ao nível do concelho;
- c) Fomentar a participação dos idosos na vida diária da Instituição.

Artigo 30º

Funções do(a) Assistente Social

No âmbito do serviço social:

- a) Estudar a situação socioeconómica e familiar dos candidatos à admissão;
- b) Dar parecer sobre os processos de admissão aquando do surgimento de uma vaga;
- c) Organizar e manter actualizado o processo individual de cada utente, fazendo parte do mesmo, para além das peças já referidas anteriormente, toda a informação de carácter confidencial;
- d) Fomentar e reforçar as relações entre os utentes, os familiares, os amigos e a comunidade em geral;
- e) Tomar conhecimento da saída dos utentes.

Artigo 31º

Funções das Ajudantes de Acção Directa

As Ajudantes de Acção Directa devem:

- a) Proceder ao acompanhamento do utente no Lar;
- b) Executar os cuidados de higiene e conforto aos utentes;



Associação de Apoio Social de Perafita

- c) Distribuir as refeições aos utentes;
- d) Administrar a alimentação aos idosos dependentes ou a outros sempre que se justifique;
- e) Ter especial atenção com os idosos dependentes ou com aqueles que se encontrem temporariamente doentes, nomeadamente no que se refere aos posicionamentos e vigilância;
- f) Responsabilizar-se pelo arranjo e asseio as instalações, nomeadamente, dos quartos, casas de banho e zonas comuns;
- g) Colaborar nas actividades de animação e ocupação de tempos livres;
- h) Acompanhar os utentes, sempre que necessário, a consultas ou outras deslocações que a Direcção Técnica considere necessárias;
- i) Informar a Direcção Técnica de eventuais ocorrências que possam influenciar o normal funcionamento da valência ou que ponha em causa o bem-estar dos idosos;
- j) Desempenhar outras tarefas inerentes à função, atribuídas pela Direcção Técnica ou pela Direcção.

Artigo 32º

Funções de Cozinha

- a) Auxiliar no armazenamento e assegurar o estado de conservação das matérias-primas utilizadas no serviço de cozinha;
- b) Efectuar a limpeza e arrumação dos espaços, equipamentos e utensílios do serviço, verificando existências e controlando o seu estado de conservação;
- c) Planear e preparar o serviço de cozinha, de forma a possibilitar a confecção das refeições necessárias;
- d) Confeccionar sopas, saladas, pratos de carne, de peixe, de legumes, e outros alimentos, em função da ementa estabelecida;
- e) Coordenar equipas de trabalho;
- f) Colaborar com o/a responsável da cozinha na elaboração de relatórios e preencher documentação técnica relativa à actividade desenvolvida.



Associação de Apoio Social de Perafita

Artigo 33º

Funções de ajudante de Cozinha

- a) Efectuar a limpeza e arrumação dos espaços, equipamentos e utensílios do serviço, verificando existências e controlando o seu estado de conservação
- b) Auxiliar na preparação do serviço de cozinha, de forma a possibilitar a confecção das refeições necessárias
- c) Colaborar com os superiores na elaboração de relatórios e preencher documentação técnica relativa à actividade desenvolvida.

Artigo 34º

Funções de administrativa

- a) Colaborar nas tarefas relacionadas com o expediente geral da associação, utilizando equipamento informático e equipamento e utensílios de escritório;
- b) Acolher e identificar clientes, colaboradores e outras pessoas;
- c) Colaborar nas tarefas administrativas de apoio à actividade comercial;
- d) Atendimento telefónico.

Artigo 35º

Funções do restante Pessoal

1. O restante pessoal desempenha funções conforme estabelece a legislação geral e específica para as respectivas categorias.
2. Podem desempenhar outras tarefas atribuídas pela Direcção Técnica ou pela Direcção, com o devido enquadramento.

Ultima atualização:

Perafita, 1 de Maio de 2016